



Aos trabalhadores não docentes das Escolas e Jardins de Infância da Rede Pública

REUNIÃO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

AS RAZÕES PARA A LUTA ACENTUAM-SE

Greve de 15 de Fevereiro!

A Federação foi finalmente recebida pela Secretária de Estado e Adjunta da Educação (SEAE) em resposta a um pedido feito no início do ano lectivo.

Nesta reunião voltamos a ouvir promessas, desta vez, datadas de acordo com o ano eleitoral que vivemos, facto que demonstra a falta de vontade política do ME para a resolução dos problemas com a urgência exigida, face ao conhecimento que tem da situação caótica que se vive na maioria das escolas e que tem sido tornada pública pela luta dos trabalhadores não docentes e das associações de estudantes e de pais, criada nomeadamente pela falta de pessoal não docente.

A ausência destas políticas torna-se mais grave porque a SEAE a fundamenta pelas dificuldades colocadas pelo Ministério das Finanças que é, incompreensivelmente, aceite pelo ME no âmbito de uma atitude solidária que tem que existir dentro do Governo. Uma dança entre Ministérios.

A Federação repudia estes “estados de alma” e exigiu o desenvolvimento de políticas de recursos humanos, entre outras, que contribuam para o bom funcionamento da escola pública e o respeito pelos direitos dos trabalhadores e dos alunos.

CONTINUAMOS A EXIGIR:

- **A Reposição das Carreiras Especiais** – A SEAE inaceitavelmente continua a fechar as portas à recuperação destas carreiras mas a Federação reafirmou que a valorização das funções, com o fim da polivalência funcional e salarial dos não docentes é fundamental para a qualidade da Escola Pública. Neste sentido, a Federação insistiu que as **Carreiras Especiais são essenciais para evitar a situação injusta de ter milhares de trabalhadores com o mesmo salário e sem diferenciação de complexidade funcional.**
- **O fim do recurso ilegal ao emprego precário para funções de carácter permanente** - A Federação voltou a protestar e acusar o ME de insistir na ilegalidade de contratação de milhares de trabalhadores a tempo parcial para o exercício de funções de carácter permanente ou substituição de trabalhadores de baixa, ou que abandonaram as escolas por outras razões em vez de cumprir a lei. **Perante este facto reafirmamos que as escolas precisam de mais trabalhadores não docentes e exigimos abertura imediata de concursos por tempo indeterminado para responder às necessidades efetivas das escolas.**
- **A abertura imediata de processos concursais para integrar 2500 trabalhadores contratados a termo certo depois da publicação da Portaria de Rácios.** A SEAE comprometeu-se com a abertura destes concursos até 31 de Agosto de 2019. **Esta data só se justifica considerando o calendário eleitoral, e não por questões orçamentais, porque não há aumento de custos independentemente da data que forem abertos.**

O Ministro da Educação informou no parlamento, no dia 15 de janeiro, que o Ministério das Finanças autorizou a contratação de mais 200 assistentes operacionais para acompanhar alunos com necessidades educativas especiais do pré-escolar, uma gota no oceano, sem se referir ao tipo de contrato que vai ser usado, a Federação e os trabalhadores sabem que este é mais um anúncio de propaganda, porque não vai resolver os problemas da falta de pessoal.

- **A abertura de concursos para assistentes técnicos para todo o País** - A SEAE assumiu que estes concursos iriam abrir brevemente sem dizer o número de vagas, limitando-se a considerar que o deficit destes trabalhadores é sentido em Lisboa e no Porto, mas a Federação discordou daquela consideração e exigiu que estes concursos abranjam todo o País. **A SEAE, na Comissão de Educação da Assembleia da República, informou que o concurso foi aberto no dia 14 de janeiro.**
- **Uma nova portaria de Rácios** - A Federação voltou a exigir uma nova Portaria de Rácios, com carácter de urgência, que não tenha como preocupação o economicismo, mas sim que responda às necessidades efetivas de pessoal em cada agrupamento e escola não agrupada, com base em critérios que dotem os seus mapas de pessoal pondo fim ao recurso à precariedade ilegal para funções de carácter permanente.
- A abertura urgente de concursos para as categorias de Coordenadores de Assistentes Técnicos e de Encarregado de Assistente Operacional.
- A atribuição do Abono para Falhas.

SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES ABRIGADOS PELO PREVPAP:

Integração trabalhadores abrangidos pelo PREVPAP – Já começaram a ser abertos os concursos dos trabalhadores que estão contratados a tempo inteiro e segundo a SEAE, que agora coordena o processo do PREVPAP no ME, eles vão continuar a abrir por várias fases, facto que justifica que muitos trabalhadores ainda não tenham sido contemplados. A Federação alerta os trabalhadores para a importância de darem informação aos sindicatos quando esta situação se verifique para pressionarmos o ME.

Fomos ainda informados que todos os trabalhadores CEI e CEI+ foram admitidos para concurso pela CAB-EDUCAÇÃO e que os trabalhadores contratados a tempo parcial, agora em observação também estão todos aceites para ir a concurso, mas a Federação mostrou repúdio pelo facto destes trabalhadores não serem todos integrados nos mapas de pessoal porque vários vão concorrer ao mesmo posto de trabalho, nos termos da injusta lei do PREVPAP. **Ou seja, muitos destes trabalhadores não vão ficar com contrato por tempo indeterminado.**

A Federação não aceita afastamentos de trabalhadores do PREVPAP - A Federação considerou que o ME deve tomar medidas políticas que garantam que nenhum trabalhador é excluído do processo de regularização do vínculo, nomeadamente aqueles trabalhadores precários que não se candidataram por incompreensões do labirinto administrativo que é o PREVPAP e a ausência de apoio por parte dos diretores.

A SEAE prometeu analisar esta questão, mas seria bom que não fosse mais uma promessa vã!

- A Federação deixou claro que os diretores para além de darem apoio aos trabalhadores na inscrição do PREVPAP, que não fizeram, deveriam ter enviado a lista dos trabalhadores precários que não constavam da listagem que a CAB lhes enviou com os trabalhadores que se tinham inscrito individualmente.

Processo de municipalização em curso - A Federação reafirmou a sua oposição relativamente a este processo, que mais não visa a desresponsabilização directa do ME, nomeadamente quanto a gestão de pessoal não docente, e alertou para a destruição da universidade e da qualidade da escola pública que este processo vai desenvolver, pondo em causa direitos constitucionais fundamentais.

A Federação deixou claro que este Governo minoritário do PS, considerando a correlação de forças existentes na Assembleia da República, podia e deveria fazer política diferente na Educação, mas optou por não as fazer. E não vão ser algumas medidas avulsas, agora em ano eleitoral, que vão fazer os trabalhadores esquecer estes quatro anos de promessas e que a sua luta vai continuar por uma Escola Pública de qualidade, por aumentos salariais para todos os trabalhadores, pela reposição das carreiras específicas, pelo fim da precariedade e pela integração de todos os trabalhadores nesta situação e por uma nova Portaria de Rácios.

Os trabalhadores sabem que as poucas melhorias que têm tido nos seus rendimentos resultam da luta e não da boa vontade deste Governo minoritário do PS e têm consciência que se este Governo do PS tivesse maioria absoluta não teria tomado algumas medidas.

Neste sentido, a Federação convoca todos os trabalhadores para participarem na greve nacional marcada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública para o próximo dia 15 de Fevereiro. Apelamos à unidade e participação de todos os trabalhadores!

Greve Nacional da Frente Comum no dia 15 de Fevereiro A LUTA É O CAMINHO!

SINDICALIZA-TE  no STFPSCentro
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização



Coimbra, Janeiro de 2019

Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais